

REPONDO A VERDADE

O 25 DE ABRIL E A FRAGATA "ALMIRANTE GAGO COUTINHO"

1) - INTRODUÇÃO

Em 24 de Abril de 1995, logo após o "Telejornal", transmitiu o Canal 1 três breves apontamentos sob o título genérico "Coisas que não Deviam ter Acontecido" apresentando, para o efeito, depoimentos de Capitães de Abril sobre acontecimentos não previstos ocorridos durante a Revolução dos Cravos.

O primeiro a intervir foi o Vasco Lourenço que, embora nesse dia de há vinte e um anos estivesse ainda nos Açores, referiu os chamados "grupos de comandos", cuja missão era aprisionar os comandantes das diversas unidades militares quando eles saíssem de casa para se dirigirem aos seus quartéis, missão essa que redundou num generalizado fracasso cujas razões não interessa agora analisar.

Juiu-se o Zé Sanches Osório, focando a surpresa causada pelo refúgio de Marcello Caetano e do governo no quartel do Carmo quando era de todos sabido que, em caso de emergência, estava oficialmente prevista pelo próprio regime a sua recolha a Monsanto.

Finalmente, e em excerto de uma entrevista anteriormente concedida, surgiu eu em cena, tendo-me sido posto o velho problema da fragata no 25 de Abril.

Limitei-me a transmitir a versão que, há alguns anos e não sei já por quem, me fora apresentada como correspondendo à realidade dos factos: O comandante dera ordem para fazer fogo sobre as tropas do Salgueiro Maia, o oficial de tiro e o imediato haviam recusado a obediência à ordem e o comandante acabara por ser preso.

Porém, como sempre sentira haver qualquer coisa estranha na versão oficiosa que me fora dada, tive o cuidado de omitir o nome do comandante do navio em causa.

Este simples acontecimento levou-me à decisão inabalável de procurar descobrir a verdade, ideia que já algumas vezes me surgira que acabava sempre por ser adiada. Assim, este escrito é o resultado de alguns meses de pesquisa, de consulta, e de audição de vários oficiais da Armada (entre os quais o próprio comandante em causa) com que me fui entretendo e que alterou por completo a ideia que anteriormente possuía sobre o assunto.

Portanto será a minha verdade e desejo que fique bem claro, desde já, que me recuso terminantemente a discuti-la com quem quer que seja.

Admito que, para algumas pessoas, esta verdade não seja considerada como tal. Admito-o mas recuso-me frontalmente a discutir o assunto. Não vale a pena envolver-me em questões que, pelo menos para mim, são destituídas de qualquer interesse por as considerar já encerradas.

Há uns meses fui publicamente acusado de extremista e também publicamente se insinuou que estava afectado por doença. Não houve o único elemento da Associação que pusesse em causa esse extremismo ou essa alegada insanidade, nem mesmo através de um simples telefonema pessoal. Daí poder concluir-se ser eventualmente correcta a perspectiva que de mim foi dada e que, igualmente, me recuso a discutir. Por isso entendo assistir-me o direito de formular uma opinião controversa.

Não me preocupam interesses pessoais ou de grupo. Não quero exaltar nem achincalhar ninguém. Apenas pretendo que o leitor medite sobre o teor deste artigo e conclua livremente se tenho razão ou se tudo o que a seguir apresento não passa de fantasia.

O juízo é vosso e a minha conclusão já existe e, segundo creio, devidamente baseada em factos concretos.

Não me preocupam interesses pessoais ou de grupo. Não quero exaltar nem achincalhar ninguém. Apenas pretendo que o leitor medite sobre o teor deste artigo e conclua livremente se tenho razão ou se tudo o que a seguir apresento não passa de fantasia.

No entanto o Movimento das Forças Armadas nunca foi alertado para a presença em Lisboa de navios estrangeiros, eventualmente passíveis de passar despercebidos, nem para a possibilidade de ocorrer qualquer atitude de oposição por parte desses navios, actuando conjuntamente sob as ordens da NATO.

Isto é: Ingénua e calmamente preparou-se tudo para a Revolução sem

nunca haver sido encarada uma eventual intervenção naval estrangeira. As nossas informações navais nunca deram o mínimo alerta sobre a complexidade da situação que se iria viver. Porquê? Com a responsabilidade de quem? Para mim continua a ser um mistério!

g) Iniciando-se no dia 25 as manobras daquela Força Naval, tudo estava programado pormenorizadamente, à boa maneira americana.

Há muito se encontravam definidas as horas a que a fragata "Almirante Gago Coutinho" largaria da Base Naval do Alfeite, assumiria o comando de um grupo de quatro navios de várias nacionalidades e se dirigiria para o alto mar.

Mas, uma vez mais, não houve a menor chamada de atenção, por parte das nossas informações navais, para o único navio português que se iria movimentar na zona nem para a eventualidade de um seu comportamento desfavorável.

Na ordem de operações elaborada pelo Otelos não consta qualquer referência naval, tratando-se de um documento exclusivamente terrestre. Nunca ninguém ouviu falar em qualquer fragata. Estranho, não acham?

Daí a nossa surpresa e a nossa preocupação quando, pelas 07H40m, nos surge, frente ao Terreiro do Paço, uma fragata cuja existência e eventual presença desconhecíamos totalmente.

Ora se, no âmbito da NATO, toda a actuação da "Almirante Gago Coutinho" se encontrava programada pormenorizadamente, qual a razão por que nunca fomos alertados para o seu eventual aparecimento por forma a possibilitar uma prévia definição da atitude a tomar se viesse a ocorrer qualquer interferência no desenrolar das nossas operações? Para mim continua a ser uma tremenda falha, misteriosa e injustificada, cuja inocência levanta dúvidas que não me cabe nem quero analisar.

3) - O COMANDANTE

O comandante da fragata "Almirante Gago Coutinho" era, em 25 de Abril de 1974, o capitão-de-fragata António Seixas Louçã.

Tratava-se de um prestigiado oficial da Armada, merecedor de "uma grande consideração pelas suas qualidades como homem, como marinheiro e como militar",

2) - AFIRMAÇÕES E INTERROGAÇÕES

Antes de entrar na apresentação concreta da minha verdade, considero oportuno recordar alguns pontos e formular algumas interrogações. Quer uns quer outros levantam questões a que não respondo, deixando essa tarefa ao livre critério do leitor

Assim, temos:

a) O 25 de Abril foi um movimento de base, com organização e actuação fundamentalmente do Exército, ao qual se poderá atribuir 99% da responsabilidade dos acontecimentos desse dia.

b) A intervenção da Força Aérea foi nula, refugiando-se numa prudente e sábia apatia que garantia uma eventual salvaguarda qualquer que fosse o resultado da Revolução.

c) Apenas em 13 de Março de 1974, em reunião efectuada no Clube Militar Naval, alguns oficiais da Armada assumem para com o Movimento das Forças Armadas um compromisso de "neutralidade activa" cujo significado creio nunca ter sido devidamente clarificado.

d) A intervenção directa da Armada no 25 de Abril foi praticamente nula. Dignas de referência e merecedoras de devido e justo mérito apenas as presenças de Victor Crespo no Posto de Comando, na Pontinha, e de Almada Contreiras no Centro de Comunicações do Ministério da Marinha. Depois, já ao fim do dia, surgem fuzileiros na R. António Maria Cardoso, no cerco às instalações da PIDE/DGS;

e) Mas essa actuação dos fuzileiros não fará esquecer que, durante o dia 25 e quando foi solicitada a sua presença em algumas situações de maior complexidade, sempre as mais diversas objecções e recusas foram levantadas por parte do capitão-de-mar e guerra Pinheiro de Azevedo, comandante do Corpo de Fuzileiros do Continente e membro já escolhido da 1.ª Junta de Salvação Nacional.

f) Do ponto de vista naval, o dia 25 de Abril de 1974 apresentou particular importância devido à presença de numerosa força naval da NATO, (de que fazia parte a força internacional STANAFORLANT) que, após o habitual período de visita dos navios estrangeiros nela integrados, iniciou, precisamente nesse dia, uma série de exercícios.

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

afirma em depoimento escrito o almirante Rosa Coutinho. Nesse mesmo depoimento este mesmo almirante refere a "muita consideração e amizade" do almirante Pinheiro de Azevedo pelo comandante Louçã e termina lamentando que, ao pedir a passagem à reserva em Maio de 1974, "desgostoso com o ambiente que lhe fora criado e sentindo-se ofendido na sua dignidade", o capitão-de-fragata Louçã tenha interrompido "uma brilhante carreira de militar e de marinheiro".

Parece-me, também, significativo e esclarecedor o seguinte trecho do almirante Rosa Coutinho no já citado depoimento: "... se fosse objecto das mesmas solicitações, como teria reagido? De que informações poderia ter disposto para tomar a gravíssima decisão de ignorar ou desobedecer às ordens e instruções que lhe foram transmitidas pela cadeia hierárquica de comando? Em verdadeira consciência não tenho resposta. Mas lamento sinceramente a infelicidade das circunstâncias que levaram o comandante Louçã a ser tomado como bode expiatório perante certa opinião pública e militar".

Pode, portanto, concluir-se que profissionalmente nada havia a apontar ao comandante da fragata, considerado ainda "um ótimo comandante, rigoroso e exigente para com os outros e para consigo próprio, respeitado por toda a guarnição e mantendo o navio num alto nível de disciplina e eficiência", como refere o almirante Rosa Coutinho.

Mas, além de tudo isto, o comandante Louçã "politicamente era um democrata e republicano da velha guarda, nada afecto ao regime do Estado Novo e com excelentes relações com os democratas mais velhos". Isto é ainda afirmação do almirante Rosa Coutinho e eu próprio tive ocasião de compulsar diversa correspondência trocada com vultos destacados da oposição, nomeadamente Cunha Leal.

Face ao exposto, ocorre imediatamente perguntar: Quem tramou Seixas Louçã? Como foi possível perder-se um oficial que, por certo, estaria plenamente com o 25 de Abril? Por que foi o comandante Louçã mantido na ignorância total do que se iria passar?

Em relação a esta última questão, algo é possível esclarecer:

Quatro ou cinco dias antes do 25 de Abril, o então capitão-de-fragata Rosa Coutinho foi posto ao corrente da situação prevista e convidado a integrar a Junta de Salvação Nacional. Mas, tendo considerado estritamente secretas as informações que lhe foram transmitidas, delas não falou a ninguém.

Por outro lado todos os oficiais da fragata, incluindo o imediato, eram extremamente jovens não tendo atingido ainda os 30 anos, enquanto o comandante Louçã andava já pelos 50. Esta diferença de idades dificultava grandemente qualquer contacto para abordagem do assunto "revolução", o que era agravado pelo relativo distanciamento em relação aos seus oficiais, pelo espírito rigoroso, exigente e disciplinado que eram atributos do capitão-de-fragata Louçã.

Não admirará, por isso, que os oficiais da "Gago Coutinho" não tivessem previamente testado ou mesmo aliciado o seu comandante. Aliás, como mais tarde se veio a verificar, esses oficiais pouco ou nada sabiam do Movimento.

Caberá, então, interrogar qual a razão por que outro qualquer oficial mais velho e conhecedor da situação não estabelecera prévio contacto com o comandante Louçã. Eis mais uma pergunta para a qual não tenho resposta. Talvez ela esteja na consciência aparentemente tranquila de alguém.

4) - OS ACONTECIMENTOS

No dia 25 de Abril de 1974, sob o comando do capitão-de-fragata António Seixas Louçã, a fragata "Almirante Gago Coutinho" larga da Base Naval do Alfeite pelas 07H00 e inicia o seu percurso previamente delineado que, obviamente, não facultava a observação muito cuidada da margem norte. Pelas 07H25m assume o comando de um grupo de quatro navios de várias nacionalidades, navegando todos em conjunto rumo ao estuário do rio.

Às 07H30m, ao passar sob a ponte, surpreendentemente e através do intercomunicador VHF, o comandante Louçã é chamado pelo Estado Maior da Armada. Ao atender, ouve do outro lado o comandante Malheiro Garcia transmitir-lhe ordem (que iria ser depois confirmada verbalmente pelo Almirante Jaime Lopes, vice-chefe do Estado Maior da Armada) para abandonar a formação e se dirigir para defronte do Terreiro do Paço.

Referiu-se como surpreendente a utilização do intercomunicador VHF. Na verdade o VHF da ponte de um navio é normalmente utilizado para serviço portuário, comunicação com os pilotos, navios mercantes de passagem, etc. Nunca seria previsível a sua utilização pelo Estado Maior da Armada.

O comandante Louçã obedece. Até então estivera subordinado a dois comandos sobrepostos: O comando operacional, da Força Naval Internacional em manobras, e o comando completo nacional do Comando Naval do Continente, por sua vez directamente subordinado ao chefe do Estado Maior da Armada. Mas o comando completo tem dominância sobre qualquer outro tipo de comando, pelo que a obediência era lógica e inevitável.

Por isso o comandante Louçã comunica aos navios estrangeiros que os vai abandonar e dirige-se para o Terreiro do Paço. Só com a aproximação ao Terreiro do Paço (onde a fragata chega às 07H40m) é possível à guarnição do navio distinguir na praça os soldados e os tanques, bem como apreciável número de civis.

Entretanto o almirante Jaime Lopes confirma verbalmente as ordens: A fragata ocupará posição frente ao Terreiro do Paço, devendo fundear frente as forças revoltosas do Exército e preparar-se para abrir fogo.

O comandante Louçã não obedece à ordem de fundear, pois isso lhe retiraria a mobilidade, e põe objecções à eventual realização de fogo que poderia atingir casilheiros cheios de passageiros e navios fundeados, e ainda os civis presentes no Terreiro do Paço e ruas adjacentes.

Desconhecendo por completo o que se passa e considerando não dever iniciar qualquer acção sem estar informado, não aceitando causar baixas sem saber em quem e porquê, o comandante Louçã manda colocar em elevação máxima e manter desguarnecidas as duas peças binadas de

76 mm, eficazes contra alvos aéreos mas pouco adequadas ao tiro terrestre.

Nessa posição se mantiveram as peças durante todo o dia e, embora não existindo nenhum código oficial a tal respeito, é evidente que se procurou significar, desde logo, que o navio não faria fogo.

Enquanto aguarda que a situação se defina, a fragata começa a evoluir a alta velocidade no meio do intenso tráfego fluvial, procurando nessa mobilidade a possível protecção contra eventuais acções de fogo vindas de terra.

Logo após a chegada ao Terreiro do Paço, o imediato terá reunido, na câmara, com alguns oficiais e ter-se-á resolvido que o navio não faria fogo (por causa do compromisso de "neutralidade activa" para com o Movimento ou por razões humanitárias?). O imediato afirmou, mais tarde, que comunicou esta decisão ao comandante e este negou que tal houvesse acontecido.

Entre as 08H30m e as 09H00m o comandante reúne-se, na câmara dos oficiais, com alguns oficiais, entre os quais o imediato, e aborda três hipóteses a encarar no caso de o navio ser alvo de ataque não provocado: Fuga, passividade e reacção. Opta, como é natural e lógico, pela reacção embora intimamente não elimine a passividade se a movimentação do navio e as frequentes mudanças de rumo que estava já a efectuar fossem suficientes para provocar a dissuasão dos eventuais agressores. Repudia firmemente a hipótese de fuga.

Perto das 11H00m o comandante Louçã recebe, em fonia e no canal 39, um aviso transmitido por um seu amigo e oficial do Estado Maior da Armada segundo o qual era preciso ter cuidado com alguns tanques que poderiam estar a preparar-se para fazer fogo sobre o navio, pelo que conviria afastar a fragata do Terreiro do Paço.

Perante esta eventualidade o comandante alerta o chefe do Serviço de Artilharia para a hipótese de, como aviso e acção dissuasora, serem feitos para o ar dois tiros de exercício (granada inerte). E fá-lo nestes termos: "Vam fazer dois tiritos para o ar", o que constitui realmente um aviso e nunca uma ordem de execução imediata.

O chefe do Serviço de Artilharia, talvez com base no acordado entre os oficiais de que não se faria fogo, respondeu timidamente que não podia. O ar do chefe do Serviço de Artilharia e do imediato, junto do qual ele se encontrava, levou o comandante Louçã a perguntar se havia problemas na artilharia. Perante a resposta afirmativa o comandante (apercebendo-se da relutância geral em fazer fogo, mesmo que de exercício) disse apenas "então vá ver isso e depois diga", o que revela também a sua falta de vontade de actuar.

Tanto assim que cerca das 11H45m é respondido, à única comunicação directa feita para bordo pelo chefe do Estado Maior da Armada, que no navio havia problemas na artilharia sem especificar a natureza dos problemas.

É evidente que, no navio, ninguém, (comandante incluído) estava interessado em o ver envolvido em acções de fogo de iniciativa própria. Por outro lado, havendo a preocupação de não atingir alvos em terra, era necessário

(Continuação da página anterior)

(mesmo para os tiros de exercício) conduzir o navio a uma posição determinada e o comandante teria então de confirmar essa posição e a ordem de fogo. Nada disto aconteceu nem seria possível confirmar a ordem de fogo pois nem fora dada ordem de preparação mas apenas lançado um alerta.

Pouco depois do que se acaba de narrar, o imediato foi chamado à cabine de T.S.F. para atender uma chamada em fonia na onda de escuta de Radiossinais - Alfeite. Recebe, então, ordem de um não identificado oficial da marinha pertencente ao Movimento para que a fragata saia imediatamente a barra, com as peças em baixo, pois estava a ser seguido pela artilharia do Movimento, que apontava para o navio.

O imediato transmite esta ordem ao comandante. Mas fá-lo de forma deficiente, vaga, nervosa e confusa, (pelo menos segundo a opinião do capitão-de-fragata Louçã) sem fornecer a informação mais desejada pelo seu superior hierárquico (quem manda o quê e para

irritado com este ultimato de origem desconhecida ao qual se recusa a obedecer, amargurado pela continuada falta de informações que condiciona a sua actuação, tendo perdido a confiança no seu subordinado, o comandante destitui o imediato e, indignado, increpa-o mesmo em frente do pessoal de quarto, numa forma violenta e censurável. Eram cerca das 11H45m.

O imediato acata pacificamente a destituição. Mas o primeiro oficial convidado para o substituir recusa o convite e o segundo abordado argumenta que "o pior já passara" e que "lhe parecia melhor continuar tudo como dantes".

A destituição acaba por ser anulada, na prática preservando-se, assim, a coesão da guarnição e aliviando o regime de forte tensão vivido até então.

Entretanto os problemas militares terrestres haviam sido resolvidos entre o Movimento e os seus opositores, pelo que a calma regressa à

A "Gago Coutinho" fundeia então e aguarda o desenrolar dos acontecimentos.

Pelas 14H00m, o comandante Louçã reúne-se com os seus oficiais na câmara dos oficiais para definir posições, perante a incerteza da evolução da situação, não se demitindo das suas responsabilidades passadas e futuras pois a sua grande preocupação sempre fora a preservação e defesa do seu navio. Por isso perguntou individualmente a cada oficial se pensava que o navio não deveria fazer fogo ainda que só de exercício para o ar, mesmo que a sua actuação posterior pudesse vir a ser considerada insubordinação. Todos responderam afirmativamente.

O comandante exortou, então, os presentes a serem coerentes e verdadeiros com a posição assumida já que ele iria proceder da mesma maneira quaisquer que fossem as circunstâncias.

5) - AVERIGUAÇÕES E ACUSAÇÕES

Como é lógico e natural, os acontecimentos a bordo da "Gago Coutinho" deram origem a averiguações.

O primeiro inquérito foi levantado pelo Comodoro Oliveira Neves, Comandante Naval

do Continente, por ordem do chefe do Estado Maior da Armada, almirante Pinheiro de Azevedo.

Mas, segundo depoimento escrito do almirante Rosa Coutinho, "era um inquérito feito sobre o joelho, limitando-se à recolha de alguns depoimentos (nem todos, nem talvez os mais importantes), não esclarecendo as contradições registadas nem apresentando análises e conclusões".

Muito provavelmente por isso, terá sido arquivado e o assunto só começa a ser devidamente analisado e aprofundado quando, já em 1976, o almirante Santos e Silva inicia novo processo de inquérito requerido pelo comandante Louçã. E então as coisas vão-se esclarecendo a pouco e pouco.

Um dos pontos controversos era se e quando o imediato dera conhecimento ao comandante do compromisso de "neutralidade activa" assumido pela Armada em relação ao Movimento.

Segundo alguns, isso ocorrera quando chegaram defronte do Terreiro do Paço; segundo outros, logo após a largada do Alfeite.

Afinal no auto todos os oficiais declararam desconhecer por completo esse compromisso e o próprio, imediato, em declarações prestadas em 27 de Abril de 1974 afirma: "Não tive qualquer conversa com o comandante sobre o Movimento, os seus chefes ou programa nem antes nem durante todo o dia 25, até ao momento da "ordem de abrir fogo - dois tiros para o ar com as munições de exercício".

Fica, assim, perfeitamente claro que o comandante Louçã, para além de boatos que circulassem, desconhecia completamente o Movimento e o compromisso de "neutralidade activa".

Dá a sua angústia durante o dia 25, sem saber o que se passava, quem comandava as forças revoltosas e o que pretendiam estas.

E, não tendo conseguido ser esclarecido durante o desenrolar dos acontecimentos, essa ignorância fê-lo centrar todas as preocupações e todos os esforços na preservação do seu navio, procurando manter uma delicada posição de neutralidade.

No que respeita ao conhecimento, a bordo, da Revolução de 25 de Abril, no auto de averiguações levantado pelo almirante Santos e Silva, 6 dos 9 oficiais da guarnição declararam desconhecer o que se passava (fls. 101-121-145 verso - 156 verso - 177 verso e 188 verso).

A mais grave acusação feita ao comandante Louçã era (e, para alguns, lamentavelmente ainda é...) a de que mandara fazer fogo sobre as tropas localizadas no Terreiro do Paço, o que teria sido evitado pela intervenção dos seus oficiais.

Ora a verdade é que nunca houve qualquer ordem de execução de fogo. Conforme se relatou já, após ser desviada para o Terreiro do Paço a fragata recebeu ordem de preparação de fogo vinda do Estado Maior da Armada a que o comandante Louçã levantou objecções, como já se viu.

E após essa ordem de preparação não foi transmitida qualquer ordem de execução. Aliás no único registo de comunicações ainda existente em 1976 (data do auto) e pertencente a um dragaminas encontra-se registada a ordem de "preparação de fogo" já referida mas nenhuma "ordem de execução de fogo".

Todos estes factos e declarações oficiais constantes das folhas 131 e 252 verso do auto de averiguações levantado pelo almirante Santos e Silva levam-no a concluir que não só o comandante Louçã levantou objecções à ordem de "preparação de fogo" que lhe foi comunicada (folhas 255 verso) mas também que nunca foi transmitida qualquer ordem de "execução de fogo" (folhas 252 verso).

Era esta, sem dúvida, a mais grave acusação feita ao comandante que assim fica completamente ilibado.

Quanto aos tiros de exercício para o ar (hipótese que, como se viu, chegou a ser encarada) o almirante Santos e Silva considera, nas suas conclusões, tratar-se (quando muito) de uma ordem de preparação e não de execução (folhas 239 verso) não se tendo conseguido provar que o comandante já tinha sido ou, em qualquer outra altura, viesse a ser informado pelo imediato da decisão dos oficiais de não fazer; fogo (folhas 243 verso, 244 e 253 verso).

Importa, ainda, realçar que "o comandante manteve sempre o domínio da guarnição, mesmo depois de não haver sido dado seguimento à sua ordem de fogo para o ar" conforme afirma o almirante Santos e Silva a folhas 258 do auto.

A terminar registre-se que, nas conclusões do auto de averiguações, o almirante Santos e Silva declara a folhas 257: "Das acções do comandante (...) poderá concluir-se que o seu procedimento foi o mais adequado perante os acontecimentos que se iam desenrolando em terra e de que apenas ia tendo um conhecimento parcial (...)".

6) - CONCLUSÕES

Procurei, nesta longa crónica, transmitir a minha verdade sobre o caso da fragata "Almirante Gago Coutinho" no 25 de Abril. Creio que o fiz de forma suficientemente clara para cada um tirar as suas conclusões e, se possível, rever as suas perspectivas sobre o caso.

Pela minha parte lamento sinceramente que um infernal imbrincado de situações tenha levado à perda de um excelente oficial da Armada e que esta, ao longo de vinte e um anos, nunca tenha tentado recuperá-lo. Porquê? É mais uma pergunta que fica sem resposta.

Pessoalmente não posso nem quero deixar de apresentar as minhas desculpas sinceras ao comandante Louçã pelas declarações incorrectas e acusatórias que fiz no Canal I. Afinal, e ao contrário do que supus durante tantos anos, não fomos adversários mas estivemos ambos do mesmo lado da barricada: Ambos sonhámos com a Liberdade!

Nuno Fisher Lopes Pires

... lamento sinceramente que um infernal imbrincado de situações tenha levado à perda de um excelente oficial da Armada (...) Afinal, e ao contrário do que supus durante tantos anos, não fomos adversários mas estivemos ambos do mesmo lado da barricada: Ambos sonhámos com a Liberdade!